



MIR  
Beatriz  
M

Lana C.

---

MUNICÍPIO DE ALMEIDA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIDA  
SESSÃO ORDINÁRIA DESCENTRALIZADA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026  
ATA N.º 4

---

---

ABERTURA

---

Ao vigésimo sexto dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Vilar Formoso, sito na Rua do Externato, n.º 11, teve lugar uma sessão ordinária descentralizada da Assembleia Municipal, sob a presidência de Manuel José Fernandes Gomes, sendo a mesa composta por Mariana de Almeida Estevão, na qualidade de Primeiro Secretário e Beatriz Marques Monteiro André, na qualidade de Segundo Secretário. Tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, às dez horas e cinco minutos.

O Presidente afirmou que, no decorrer da atividade letiva prevista na disciplina de Cidadania, se registava a presença e participação naquela sessão dos alunos do 5.º e 6.º ano da Escola 2/3 de Vilar Formoso do Agrupamento de Escolas de Almeida. Afirmou considerar ser fundamental que os jovens compreendam, de forma prática, os mecanismos de funcionamento do poder local e a importância da participação democrática, formando assim cidadãos mais conscientes e interventivos.

De seguida, o Presidente expressou o seu agradecimento ao Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso pela hospitalidade na receção da sessão da Assembleia, passando-lhe seguidamente, a palavra. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia agradeceu a presença de todos, estendendo o convite para um almoço de confraternização a todos os membros da Assembleia num dos estabelecimentos de restauração locais.

Posteriormente, o Presidente da Assembleia chamou à presença da Mesa, as alunas Ester e Mariana que fizeram um breve discurso onde realçaram a importância da promoção de uma cidadania ativa e a educação para os valores da democracia, bem como a compreensão de como funciona o poder local para crescerem cidadãs conscientes. O Presidente da Assembleia explicou, resumidamente, como funcionava o poder local entre a Câmara, a Assembleia e as Juntas de Freguesia, dando a conhecer os membros eleitos do Executivo e da Assembleia Municipal.

---

## AUSÊNCIAS e PRESENÇAS

---

Amor  
Brotos  
Helo

lane G.

Seguidamente, deu-se lugar à verificação de presenças e ausências, tendo-se verificado a falta de Tânia Sofia Martins Martinho e Paulo Alexandre Pereira Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia Freixo, tendo os mesmos apresentado justificação para a sua não comparência.

A senhora Dora Alexandra Almeida Monteiro, primeira suplente da lista eleita pelo Partido Socialista substituirá o Senhor João Filipe Saraiva Coelho nesta sessão e durante o período de um ano, conforme Pedido de Suspensão de Mandato requerido pelo próprio, ao abrigo do artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, com registo de entrada nos Serviços com o n.º 1533, de 19 de fevereiro de 2026.

Nos termos do ponto 2, do artigo 38.º do Regimento da Assembleia Municipal, a Mesa registou falta ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Freineda, Leandro Giestas Morgado.

Do Executivo Camarário estiveram presentes, o Presidente da Câmara Municipal, António José Monteiro Machado e os Vereadores, Alcino Miguel dos Santos Morgado, Alexandre Manuel Fernandes Gonçalves, Catarina Manuel Batista Vilhena de Carvalho e Isabel Maria dos Santos Pereira.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia solicitou um minuto de silêncio em memória de José António Isidoro e Teresa Delfina Valente da Fonseca. O Presidente destacou o empenho e os relevantes serviços prestados durante o desempenho das suas funções, por ambos, em anteriores Assembleias Municipais, associando-se o Plenário à homenagem.

---

## ORDEM DO DIA

---

### I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Exposição de Assuntos de Interesse Municipal;

### II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Adenda a Ata de Instalação da Assembleia Municipal de Almeida Mandato 2025-2029 – Renúncia e Substituição de Presidente da União de Freguesias de Malpartida e Vale de Coelha;
2. Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e Situação Financeira do mesmo;

3. Apreciação e Votação de Modificação aos Documentos Previsionais N.º 4, Revisão ao Orçamento N.º 1 e Revisão às Grandes Opções do Plano N.º 1;
4. Apreciação e Votação de Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal 2026;
5. Apreciação e Votação Minuta de Contratos de Delegação de Competências para as Juntas/União de Freguesia;
6. Apreciação e Votação Alteração e Consolidação do Regulamento de Taxas, Licenças e Prestação de Serviços do Município de Almeida;
7. Apreciação e Votação de Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território: Aprovação do documento e Abertura de discussão pública;
8. Conhecimento de documento relativo a “ENERAREA - Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior: Aprovação do Relatório Final de Análise das Propostas do Concurso Público de Aquisição por Lotes, do Fornecimento de Energia Elétrica em BTN, BTE, MT e IP e das Minutas do Contrato;
9. Apreciação e Votação de Moção pelo Ensino Superior no Distrito da Guarda – Instituto Politécnico da Guarda;  
9.1 Apreciação e Votação de Moção pelo Ensino Superior como Fator de Coesão Territorial – Câmara Municipal da Covilhã;
10. Apreciação e Votação de comunicação da Associação Nacional de Municípios Portugueses relativa a “Distribuição de Jornais em risco em Vários Municípios – Tomada de posição conjunta pelos Órgãos Representativos do Município”;
11. Conhecimento de Despacho N.º 8/2026 - Designação de Trabalhador da Autarquia para Secretariar e Lavrar Atas dos Órgãos Autárquicos do Município de Almeida;
12. Apreciação e Votação de Pedido de Declaração de Interesse Municipal de Projeto de Enseadenigmática, Lda;
13. Proposta de Criação de Comissão para Análise do Despovoamento no Concelho de Almeida;

#### **ASSUNTO NÃO AGENDADO NA ORDEM DE TRABALHOS**

14. Proposta de Criação de Comissão Comemorativa dos 50 anos do Poder Local Democrático – Apreciação e Votação;

### **III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO**

(Artigo 20º do Regimento da Assembleia Municipal)

---

#### *PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA*

---

Seguidamente, o Presidente da Assembleia abriu o Período de Antes da Ordem do Dia.

MTRW  
Sociedade  
Lameira

**1 - Apreciação e Votação da Ata n.º 02 de Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 18 de dezembro de 2025**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em ordem ao estatuído no n.º 2 do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabeleceu, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais, colocou a votação a Ata n.º 02 de Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 18 de dezembro de 2025, tendo a Assembleia Municipal deliberado, aprová-la, por unanimidade, condicionada à retificação das correções identificadas.

**2 - Apreciação e Votação da Ata n.º 03 de Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 12 de janeiro de 2026**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em ordem ao estatuído no n.º 2 do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabeleceu, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais, colocou a votação a Ata n.º 03 de Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 12 de janeiro de 2026, tendo a Assembleia Municipal deliberado, aprová-la, por unanimidade, condicionada à retificação das correções identificadas.

**3. Exposição de Assuntos de Interesse Municipal**

**Correspondência e Informações**

O Presidente informou que foi apresentado o Relatório de Avaliação da Atividade da CPCJP de Almeida, relativa ao ano de 2025, disponibilizando o mesmo para consulta.

**3. Assunto não Agendado na Ordem do Dia**

Informou que foi recebida uma Moção subscrita pelo Partido Socialista para a Criação de Comissão Comemorativa dos 50 anos do Poder Local Democrático, sendo a mesma proposta a integrar a Ordem de Trabalhos, passando o assunto a constar como ponto 14 da Ordem do Dia.

Mais informou, que foi igualmente recebida uma proposta da Câmara Municipal da Covilhã de “Moção pelo Ensino Superior como Fator de Coesão Territorial”. Considerando a convergência de propósitos da iniciativa da referida Moção com a “Moção pelo Ensino Superior no Distrito da Guarda proposta pelo Instituto Politécnico da Guarda”, agendada previamente como ponto 9 da presente Ordem do Dia, o Presidente propôs a sua introdução na Ordem de Trabalhos, como ponto 9.1 sendo ambas apreciadas em simultâneo, tendo a Assembleia Municipal aprovado, por unanimidade.

Solicitou à Assembleia o adiamento da discussão e a retirada da Ordem do Dia dos pontos 6 (Apreciação e Votação Alteração e Consolidação do Regulamento de Taxas, Licenças e Prestação de Serviços do Município de Almeida) e ponto 7 (Apreciação e Votação de Relatório sobre o

Estado do Ordenamento do Território: Aprovação do documento e Abertura de discussão pública) da Ordem do Dia, aguardando-se o termo do período de discussão pública dos documentos para posterior submissão ao órgão deliberativo.

MARCO  
Bouto  
P/B

Carvalh

#### **4. Inscrição de membros da Assembleia para o Período De Antes da Ordem do Dia**

Solicitou intervenção o Deputado Municipal Miguel Pinto que começou por felicitar a presença dos jovens na Assembleia e questionou o Presidente da Câmara sobre o ponto de situação relativamente à falta de aquecimento e à água que se acumula junto à entrada no Centro de Saúde de Almeida, reconhecendo, no entanto, que a intervenção necessária não se enquadra nas competências diretas do Município. Foi ainda sugerido pelo Deputado que, aquando da abertura de procedimentos de consulta pública, os documentos depositados fossem publicitados nas plataformas digitais do Município, maximizando a acessibilidade e a participação dos munícipes, fomentando um maior número de contribuições.

Interveio, de seguida, o Deputado António Soares, felicitando o estabelecimento de ensino e os professores pela promoção da participação cívica, endereçando também elogios ao desempenho das alunas intervenientes. Posteriormente, sublinhou que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata tem acompanhado com particular atenção o debate público relativo à ocorrência no cemitério velho de Almeida. Nesse sentido, questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre os últimos desenvolvimentos em relação ao assunto.

Seguidamente, tomou a palavra a Presidente da Junta de Freguesia de Almeida, Sónia Cunha, para abordar o assunto relativo ao colapso da capela do cemitério velho de Almeida, sublinhando que tal ocorrência não decorreu de intempéries, mas sim de uma clara negligência na sua manutenção por parte do Executivo. Asseverou que a sua primeira intervenção alertando para o estado de conservação da capela ocorreu já há oito anos atrás, mais precisamente a 29 de junho de 2018 em sede de reunião de Câmara. A 30 de novembro de 2021 afirmou ter voltado a reforçar o alerta, bem como a 19 de dezembro de 2022 e que, os vereadores, em sede de reunião de Câmara de 21 de novembro de 2023 também alertaram para o assunto, tendo na altura o Senhor Presidente afirmado que aquele espaço não tinha interesse histórico. Afirmou que existem vários historiadores que contrariam a opinião do Senhor Presidente da Câmara, tais como a Dra. Clarinda Moreira que diz que apesar de ser uma capela simples, tem na fachada incrustadas, duas esculturas, possivelmente tampas de sepulturas medievais sobrantes da terrível tragédia e que estariam depositadas no interior da igreja ali existente e diz que aquele cemitério merece atenção por ter interesse gótico; típico do século XIX, onde existem algumas grades tradicionais de ferro trabalhado em arte fúnebre e que são hoje praticamente inexistentes. Também o Dr. Francisco Queirós, doutorado em Arte Tumular afirma que o cemitério é um dos poucos cemitérios românticos existentes no País.

Nesse sentido afirmou que, contudo, apesar destas opiniões, o Executivo decidiu colocar aquele espaço ao abandono e que culminou com a queda da capela, e que, inclusive, o ano passado todas as sebes foram arrancadas sem conhecimento e aprovação nem do Executivo nem da Assembleia. Questionou qual o plano de ação imediato do Senhor Presidente relativamente à capela.

Seguidamente, interveio o Deputado Municipal João Fabião. Dirigiu-se aos alunos presentes e afirmou que a sua presença na Assembleia prova que a disciplina de Cidadania é útil e que são muito bem-vindos. De seguida afirmou que as questões que irá colocar lhe foram endereçadas por vários munícipes que dada a hora de realização da Assembleia não poderão estar presentes. Relativamente à primeira questão, questionou qual o procedimento adequado para que associações de índole recreativa possam solicitar apoio ao Executivo, na ausência de um regulamento específico aplicável, tanto para a sua atividade corrente como para manutenção de imobilizado. De seguida, solicitou esclarecimentos sobre as razões pelas quais o município ainda não garante a transmissão em direto e a disponibilização digital das sessões da Assembleia Municipal, salientando que, face à prática corrente na maioria dos municípios do país, a ausência de *streaming* (transmissão contínua multimédia) nas plataformas digitais e no sítio da internet municipal limita o direito à informação e à participação democrática dos cidadãos. No que diz respeito à terceira questão, indagou sobre a existência de apoios municipais dirigidos a jovens agricultores. Se existem, quais os montantes dos incentivos e da eventual existência de majorações aplicáveis e se estão refletidos no Gabinete de Apoio ao Agricultor. De seguida, afirmou que lhe chegou a informação de que o Município prestará apoio logístico aos Finalistas de Almeida, mas que este ano não prestará qualquer apoio monetário à realização do Baile de Finalistas. Questionou, pois, se está prevista a atribuição de algum apoio financeiro e se existe precedente de casos análogos no passado. Por último, questionou o ponto de situação do concurso REVIVE em relação às Esquadras de Almeida.

Seguidamente, tomou a palavra o Deputado Municipal José Gonçalves, para questionar se já havia algum feedback da visita técnica realizada no âmbito da candidatura de Almeida à UNESCO e para questionar sobre o ponto de situação em relação às obras nas piscinas municipais de Vilar Formoso.

Logo após, interveio o Deputado Municipal Paulo Santos começando por felicitar a presença dos jovens na Assembleia, pois disse revelar que se querem cultivar do ponto de vista cívico. Afirmou, de seguida, que pretendia saber, tal como o Deputado José Gonçalves, o ponto de situação da candidatura de Almeida à UNESCO.

Seguidamente, interveio o Deputado Municipal Rogério Santos que, apesar de assinalar a retirada da Ordem de Trabalhos do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território por se encontrar em consulta pública, comunicou ter procedido à análise do documento, solicitando

Maria  
Beato  
Ho  
Lana

esclarecimentos adicionais e/ou até a apresentação de um relatório sobre o nível de execução orçamental constante na página 25, referente às Grandes Opções do Plano e Orçamento entre os anos de 2016 e 2024, questionando especificamente sobre as concretizações alcançadas e do que ficou por realizar, dado que a maior parte do período em análise coincide com o mandato do Senhor Presidente da Câmara.

MMA  
Bostido  
Canele

Posteriormente, interveio o Senhor António Fernandes, Presidente de Junta de Freguesia de Castelo Bom. Afirmou que a Câmara deveria proceder a uma melhor fiscalização pois, aquando da Feira de Caça, Pesca e Desenvolvimento de 2026 se apercebeu que a sinalética existente era de pequena dimensão para o espaço, tornando-se de difícil perceção pelos visitantes. Mais disse, pretender deixar como sugestão a possibilidade de concessão de apoio financeiro às Juntas e Uniões de Freguesia para aquisição de gerador, dadas as últimas circunstâncias sucedidas em Leiria e que poderão, num futuro próximo, acontecer no Concelho de Almeida.

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que procedeu ao esclarecimento das questões formuladas. Iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, em particular, os alunos e professores ali presentes. Deu os parabéns ao Agrupamento de Escolas de Almeida e à iniciativa dos professores, pois é importante os alunos perceberem como funcionam as Assembleias, como funcionam as eleições, o porquê de o concelho ter 37 localidades, mas só ter 16 Juntas/Uniões de Freguesia e ouvirem e perceberem os temas que ali são discutidos. Expressou os parabéns, em particular às alunas Ester e Mariana, pela notável coragem e eloquência demonstradas ao discursarem, afirmando que é com grande esperança que projeta o dia em que seja ele a estar na plateia, observando uma delas — ou a qualquer um dos presentes — atuar como membro ativo da nossa Assembleia, pois reconhece neles o futuro da sociedade.

Relativamente ao Centro de Saúde de Almeida e demais questões abordadas, o Senhor Presidente da Câmara sublinhou que a sua atuação política não se pauta por conteúdos divulgados em redes sociais ou mensagens eletrónicas, declinando a análise de questões levantadas por essas vias ou a utilização dessas vias como forma de resposta. As solicitações de assistência são frequentes, sendo frequentemente comunicadas de forma presencial ou telefónica, dizendo que no caso do Centro de Saúde de Almeida, a Câmara já foi procurada para os ajudar algumas dezenas de vezes, tendo o Município sempre garantido o melhor acolhimento e uma resposta célere às necessidades comunicadas. A dada altura, foi feito um pedido de ajuda ao Município para resolver um problema que estava a acontecer numa fuga de água do sistema de arrefecimento na parte do aquecimento e os meios da Câmara deslocaram-se para resolver. No momento presente, trata-se de uma falha de previsão por parte dos serviços responsáveis na antecipação das necessidades. Embora em pedidos anteriores a Câmara Municipal tenha assumido a responsabilidade pela resolução na falha de aquecimento,

decorrente do mau funcionamento dos equipamentos e ajudado a resolver o problema, desta vez não foi recebida qualquer solicitação ou pedido de intervenção. Essa responsabilidade é da ULS da Guarda com quem foi mantendo contato e lhe foi transmitido que estavam a ser feitos esforços para a rápida resolução do problema. Afirmou questionar, pessoalmente, se a resolução do problema foi a melhor, mas que não iria pronunciar-se publicamente sobre isso. Afirmou que existem muitas obras que estão para ser feitas há muitos anos e muitas ainda estão no PRR para serem executadas, quer no Centro de Saúde de Almeida, quer na Extensão de Saúde Vilar Formoso, nomeando, vedações caídas e sistemas de aquecimento por compor, pinturas para fazer, não admitindo é que se impute responsabilidades à Câmara Municipal ou ao Presidente de competências que não as tem. Afirmou que também tiveram problemas no planeamento e na execução de alguns trabalhos, mas pensaram na melhor forma de penalizar o menos possível os utilizadores dos equipamentos. Disse referir-se em concreto às obras das Piscinas Municipais que também sofreram atrasos em relação ao planeamento de trabalhos definidos.

mmr  
Beato  
AS  
Lavel

Relativamente à questão de uma melhor publicitação da abertura de procedimentos de consulta pública, o Presidente da Câmara referiu que concorda e regista a sugestão.

Quanto à questão do cemitério velho de Almeida, afirmou assumir perante a Assembleia e inclusive também já o ter referido na Câmara Municipal que, cita-se: *“Enquanto eleito Presidente não estabeleci uma prioridade para o desenvolvimento daquele espaço, mas dizer que está ao abandono não corresponde à verdade”*. Afirmou que, face às diversas sugestões e intenções para o local, manifesta total disponibilidade para proceder à elaboração do caderno de encargos e que não poderá aceitar qualquer forma de comportamento intimidatório ou perseguição relacionada ao assunto em questão, reiterando a sua posição de não responder a provocações que não condizem com um ambiente respeitoso. Dirigindo-se em particular à Senhora Presidente de Junta de Freguesia de Almeida, afirmou que se caso a Presidente de Junta tenha aquele espaço como prioridade, a própria Junta poderá aceder a mecanismos para financiamento. Em termos da Câmara, afirmou que está a ser produzido trabalho para se poder fazer uma sessão onde possam participar todos os elementos da Assembleia, os cidadãos e todos aqueles que pretendam participar da discussão para se poder decidir pelo melhor para o espaço. Reiterou que não se pode dissociar o cemitério das ruínas do Castelo e que existem estudos na Biblioteca Municipal sobre a temática que podem ser consultados. Sabe que naquele espaço houve em tempos uma igreja que terá, eventualmente desaparecido com a explosão do Castelo e que ainda poderão haver ruínas da mesma no subsolo. Afirmou que os Vereadores do Partido Socialista apresentaram uma proposta com sugestões para o espaço, tencionando levar essa proposta à próxima reunião de Câmara para se poder discutir. Mais afirmou ter dadas instruções para a intervenção técnica, de modo a garantir a conservação dos elementos de

valor e garantir a integridade física de quem visita o local. Informou que a comunicação formal à CCDR e ao Património Cultural, I.P. já foi efetuada, no sentido de solicitar o necessário apoio técnico, a validação do desenvolvimento do projeto e as diretrizes superiores para a intervenção no local. Mais do que um incidente localizado, tratou-se de um conjunto de fragilidades estruturais que se estendem a outros sítios, com especial enfoque, pela sua severidade, na zona da Muralha, a Praça Alta, as Esquadras e até o próprio edifício da Câmara Municipal e daí o facto de ter solicitado apoio financeiro pois são obras que saem do âmbito municipal. Submetidas as candidaturas de intervenção em Almeida e Castelo Mendo, o IP Património validou a prioridade de atuação sobre o núcleo de Castelo Mendo, mas era sua expectativa que também tivessem priorizado Almeida. Em conclusão do assunto, expressou a sua opinião pessoal de aquele espaço do Cemitério deverá ser um local aberto, de acessibilidade geral, podendo ter algumas amostras do que lá havia no local, mas o projeto deve ser feito em consonância com as ruínas do Castelo.

MAZ  
Beato  
PZ  
Luz

Em relação aos apoios aos agricultores, afirmou que a Câmara concedeu vários apoios aos agricultores, aos empresários, à criação de novos postos de trabalho e à criação do próprio emprego e os possuidores de cartão jovem têm majoração no apoio. O processo relativo a 2025 está por concluir, devendo ser colocados em aprovação os novos regulamentos, até para se decidir se devem continuar a fazer os apoios. Na sua opinião, os apoios devem continuar e ser melhorados. Quanto ao imobilizado, não há regulamento municipal, mas tem sido resolvido pontualmente, sempre com critérios definidos e objetivos para os requerimentos, podendo verificar a atribuição desses apoios às associações e às comissões fabriqueiras, pela consulta das atas de reunião de Câmara.

Relativamente à transmissão das Assembleias Municipais, o Presidente da Câmara manifestou a sua discordância, justificando-o com a exposição ao escárnio público em programas televisivos que estão sujeitos aqueles que exercem o seu trabalho público. Afirmou ter assistido a alguns programas e não gostou de ver colegas presidentes de Câmara e vereadores a serem expostos ao ridículo na televisão, pelo que não se gostaria de ver numa situação semelhante, embora admita que tem aspetos positivos como um maior alcance de público.

No que diz respeito ao apoio aos finalistas, declarou que em anos transatos a Câmara Municipal apoiou apenas o nível logístico, nunca financeiramente e que a intensidade do apoio logístico é proporcional à organização demonstrada, existindo abertura para maior colaboração no caso de uma organização conjunta.

Em relação à questão do REVIVE nas Esquadras, não se registaram candidaturas. Afirmou ter sido contactado pelo Turismo de Portugal no sentido de o questionar se tinha alguma objeção à prorrogação do prazo, tendo respondido que não se oponha, pois é um equipamento que

necessita urgentemente de intervenção, não só pelo estado de degradação como também pela importância que teria, se recuperado, para o tecido comercial de Almeida e para o Concelho.

Relativamente à questão do Senhor José Gonçalves quanto ao ponto de situação após a visita técnica no âmbito da candidatura de Almeida à UNESCO, referiu que após a referida visita técnica do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) foi feita uma avaliação. A candidatura tem uma avaliação positiva na sua constituição, mas existem problemas na forma que é colocada a nível nacional. A equipa continua a trabalhar, substituindo-se ao Estado na resposta que é necessária dar ao ICOMOS, contudo, já se estabeleceram contatos com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, aguardando-se uma resposta nos próximos dois meses para se saber se a candidatura está em condições de ser votada em junho ou se será necessário fazer algum trabalho de reformulação. Mais disse, que o Estado Português instrumentaliza o trabalho técnico desenvolvido pelas autarquias para a elaboração de candidaturas. Contudo, verifica-se atualmente uma maior exigência internacional no que diz respeito à demonstração da execução direta dessas mesmas candidaturas pelo Estado. Se a questão de maior envolvimento do estado for ultrapassada, a candidatura tem valia técnica suficiente para ser considerada suficiente para ir a votação.

Relativamente às intervenções nas piscinas de Vilar Formoso, os trabalhos estão a evoluir de forma positiva. No entanto, cumpre notar que a conclusão dos trabalhos em Vilar Formoso e o arranque na piscina de Almeida poderão ser coincidentes. Esta decisão técnica visa, preventivamente, assegurar o sucesso do processo de certificação elétrica junto do Ministério da Economia, decorrente do aumento de potência. Reconhecemos que tal medida pode implicar o encerramento simultâneo das infraestruturas, com o conseqüente impacto na experiência do utilizador. Informou ainda que o procedimento previsto para o ginásio está em condições de ser lançado, mas a questão do encerramento está a condicionar a decisão de reabrir ou não no início de abril.

Quanto ao pedido formulado pelo Senhor Rogério Santos, de relatório sobre o nível de execução orçamental referente às Grandes Opções do Plano e Orçamento entre os anos de 2016 e 2024, especificamente sobre as concretizações alcançadas e do que ficou por realizar, o Senhor Presidente da Câmara afirmou registar o pedido.

Posteriormente, em resposta ao Senhor António Fernandes, Presidente de Junta de Freguesia de Castelo Bom, esclareceu que de facto, por vezes há situações na organização dos eventos que são descuradas e o que é contratualizado com as empresas no caderno de encargos não é totalmente cumprido. O reforço das condições de segurança e bem-estar, embora essencial para a valorização da Feira, acarreta um aumento na estrutura de custos. Relativamente à aquisição do gerador, procederão ao levantamento das necessidades junto das Juntas de Freguesia. Caso o diagnóstico aponte para a necessidade prioritária desse

MATZ  
Bento  
#6

Carvalh

equipamento, o mesmo será posicionado na devida ordem de prioridade, face às limitações orçamentais existentes para o conjunto das necessidades específicas. A medida insere-se no compromisso de otimização dos meios de proteção civil ao nível local, garantindo maior prontidão às Juntas e Uniões de Freguesia.

mmw  
Beatus  
Ht

Findo o período de respostas do Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia interveio, respondendo ao Senhor João Fabião, relativamente à questão das transmissões em direto e on-line das sessões da Assembleia Municipal. Ciente de que o Senhor João Fabião acompanha os trabalhos da comissão de reformulação do regimento, e com o acordo dos demais membros, informou que existe uma reserva coletiva quanto à transmissão das sessões, a qual não é vista com bons olhos pela referida comissão. Relativamente ao horário das sessões, considera que os períodos definidos são os mais adequados para assegurar a máxima participação de toda a comunidade, quer para os jovens, quer para os membros da Assembleia, transmitindo uma preocupação recebida por diversos colegas cuja realização de assembleias em horário pós-laboral tardio lhe relataram que, devido à hora avançada, a fadiga dos participantes é notória, resultando em falta de atenção o que compromete a eficácia e a tomada de decisão nessas reuniões.

lnah.

Interveio o Senhor Rogério Santos afirmando que o Senhor Presidente da Câmara disse que pela consulta das atas se poderia perceber que há critérios objetivos definidos para a atribuição dos apoios e que há um regulamento em produção, pelo que gostaria de saber qual era o ponto de situação desse regulamento e se havia alguma questão que obstaculizasse a inclusão desses critérios no regulamento. Questionou ainda se, para além dos subsídios, se há algum outro regulamento que preveja ser feito.

Interveio o Senhor João Fabião que sobre a questão das transmissões afirmou que ao assumirem um mandato público, os eleitos submetem-se voluntariamente ao escrutínio rigoroso e à avaliação constante por parte da sociedade, sendo a crítica, inclusive a mais incisiva, parte integrante da transparência e da responsabilidade inerente ao exercício do cargo, e encontrar o melhor horário para todos também é encontrar o melhor horário para a população em geral. Deixou o repto de experienciar a realização das sessões noutra hora para validar se aumentaria os participantes nas sessões da Assembleia. De seguida, questionou em relação ao lançamento do concurso da Alfândega de Vilar Formoso, sabendo que há um contrato interadministrativo com o Ministério da Administração Interna com uma previsão de três anos para o seu cumprimento. Tendo em conta a formalização do contrato e o conseqüente início da contagem dos prazos, e considerando os constrangimentos recorrentes na execução dos trabalhos, solicitou ao Presidente da Câmara a confirmação de que as condições para o cumprimento integral do cronograma previsto se mantêm inalteradas.

O Presidente da Câmara, no uso da palavra, afirmou que se encontra em andamento o procedimento de elaboração dos regulamentos, estando previstos a sua publicação e entrada em vigor no momento oportuno.

Quanto ao concurso da Alfândega de Vilar Formoso, afirmou que o lançamento do projeto está condicionado à obtenção de um parecer favorável na revisão técnica final, estando em produção de trabalho com as equipas e com o SIGMAI (Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna). Afirmou que, infelizmente, a execução dos projetos está sujeita a variações externas que transcendem as diligências da Câmara. Não fosse esse o caso, o concurso já teria sido lançado há vários anos.

MM20  
Bastão  
#15  
Caval.

---

### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

---

Seguidamente, sem mais intervenções, o Presidente da Assembleia abriu o Período da Ordem do Dia.

Proseguiu-se com a apreciação do primeiro ponto.

#### **1. Adenda a Ata de Instalação da Assembleia Municipal de Almeida Mandato 2025-2029 – Renúncia e Substituição de Presidente da União de Freguesias de Malpartida e Vale de Coelha;**

O Presidente da Assembleia explicou que se procederia à tomada de posse de Florbela Tiago Albano, em substituição de Eduardo Mêda Gomes, que renunciou ao Mandato 2025-2029 do órgão autárquico para o qual foi eleito, União de Freguesias de Malpartida e Vale de Coelha, na sequência do ato eleitoral ocorrido no dia 12 de outubro findo, conforme o Edital de Apuramento de Resultados, datado de catorze de outubro, e em adenda à Ata de Instalação da Assembleia Municipal de Almeida ocorrido no dia trinta e um de outubro, passado, e ainda tendo em conta o disposto no n.º 3 do artigo 44.º, da Lei n.º 169/99, 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que aprovou o Regime Jurídico das Competências e Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias. Ato contínuo, verificada a identidade e a legitimidade da eleita, o senhor Presidente da Assembleia Municipal de Almeida, Manuel José Fernandes Gomes, declarou-a investida nas suas funções de membro da Assembleia Municipal de Almeida para o mandato de 2025/2029, do qual, para constar, se lavrou o aditamento, que vai ser anexado a esta Ata como Anexo I e apenso à Ata de Instalação dos Órgãos Autárquicos de dia 31 de outubro de 2025, para referência futura e agilização processual.

## **2. Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e Situação Financeira do mesmo;**

Tendo sido presente a informação, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º e n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, remetida pela Câmara Municipal, sobre o assunto em epígrafe, e recebida por todos os membros da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que afirmou que o Relatório espelha, não só a atividade realizada no Município, como também, a situação financeira do Município que continua a manter-se bem colocado nas contas.

Interveio a Presidente de União de Freguesias de Leomil, Senouras e Aldeia Nova, Inês Pais, que afirmou pretender dar uma sugestão no âmbito da leitura do relatório de atividades no ponto relativo ao Gabinete de Desenvolvimento Económico. Afirmou que no referido relatório estão alguns dados das empresas que estão incubadas no Imaculada Business Center. Questionou se seria possível ser apresentada informação com mais detalhe, nomeadamente, na forma de incubação e das taxas de crescimento económico de cada negócio incubado. Mais disse saber, que a incubação deve ser temporária para garantir a rotatividade no mercado, destacando, por esse motivo, a importância de aprofundar o conhecimento sobre as iniciativas de mentoria em curso.

O Presidente da Câmara respondeu que regista a sugestão e que a transmitirá à equipa da Imaculada Business Center mas que importava, no entanto, salientar que essa informação já existe pois, a Câmara elabora, de forma sistemática e com periodicidade anual, relatórios de monitorização relativos a todas as parcerias.

Não havendo inscrições, passou-se ao ponto seguinte.

## **3. Apreciação e Votação de Modificação aos Documentos Previsionais N.º 4, Revisão ao Orçamento N.º 1 e Revisão às Grandes Opções do Plano N.º 1;**

O Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, que em seu uso afirmou que se aguardava a finalização de fluxos de caixa para, de seguida, realizar o reforço das rubricas orçamentais com base no saldo apurado e o reforço das intervenções que consideram urgentes, destacando o projeto das ETARS que pretende colocar em curso rapidamente, afirmando que é um projeto que já está há algum tempo para ser realizado, sendo necessário realizar um trabalho de titularidade de terrenos, expetando vir a ser um processo simples caso sejam estabelecidos acordos. Durante o ano de 2025 foram feitos alguns acertos relativamente à questão da dívida das Águas do Vale do Tejo prevendo colocar cerca de um milhão de euros, informando que transitou em julgado a questão do saneamento, tendo os municípios saído vencedores, dando-lhe maior capacidade de negociação. Afirmou da necessidade de reforço de algumas rubricas, motivada pelo recebimento de que, na ausência de

intervenção direta da Câmara, os projetos em questão não sejam executados por terceiros.

No uso da palavra, o Deputado Municipal João Fabião solicitou esclarecimentos sobre os juros de mora e os processos jurídicos em curso, questionando se estes estariam relacionados com o processo das Águas. O Senhor Presidente da Câmara confirmou a referida relação.

De seguida, interveio a Presidente de União de Freguesias de Leomil, Senouras e Aldeia Nova, Inês Pais, para questionar em relação à anulação de despesa corrente que passa para a aquisição de bens e capitais dos Bairros Digitais. O Presidente esclareceu que se verificou uma classificação incorreta de despesa, devendo a mesma ser reclassificada como despesa de capital. Mais questionou a Senhora Presidente em relação à abertura do Orçamento Participativo Jovem.

O Presidente da Câmara esclareceu que não obteve os resultados esperados relativamente ao Orçamento Participativo Jovem devido a problemas operacionais, decidindo, contudo, manter a rubrica aberta, com o objetivo de retomar a sua concretização assim que dispuser dos recursos necessários para o colocar no terreno.

De seguida, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Deputado Municipal Rogério Santos. Afirmou que o documento em apreciação é essencialmente contabilístico e financeiro, o que não traduz verdadeiramente o que são cada um daqueles reforços. Verificou que há um reforço de sessenta mil euros para aquisição de imóveis, questionando o Presidente da Câmara que imóveis projeta adquirir com o referido montante. Mais afirmou, que em relação ao Orçamento Participativo apenas está cabimentado com cinquenta euros, questionando o Presidente da câmara sobre quais os tramites que faltam para que possa ser colocado em prática uma vez que é tão relevante para o envolvimento das populações.

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que o desenvolvimento dos projetos em curso poderá implicar a aquisição de terrenos, sublinhando, contudo, tratar-se, para já, de uma mera previsão.

No âmbito do Orçamento Participativo, constatou-se uma limitação na capacidade técnica interna, o que se revelou insuficiente para a conversão célere das propostas conceituais em projetos exequíveis, contudo, na sequência da reestruturação organizacional realizada, prevê a alocação de recursos humanos dedicados à gestão do Orçamento Participativo, logo após a estabilização dos projetos atuais.

Retomando a palavra, o Deputado Municipal Rogério Santos questionou se antes de outubro do próximo ano haverão diligências para se envolver a população para dar essas ideias para o Executivo transformar em eventuais projetos.

O Senhor Presidente da Câmara reiterou que a ausência de capacidade foi a causa da não execução do Orçamento Participativo, assumindo tal situação como uma decepção pessoal e reiterou a prioridade na implementação dos projetos já assumidos, e que só após a conclusão

NMTO  
Beirão  
#16  
Lena G.

destes será lançado um novo processo de Orçamento Participativo. Disse que preferia adotar uma postura de cautela e prudência, evitando assumir novos compromissos, face ao incumprimento anterior pelo que aquando do exercício de 2027 se verá. Considerando que já foram feitas declarações suficientes, o Senhor Presidente da Câmara opta, nesta fase, pela reserva, focando-se na execução e evitando novas promessas.

Apreciado e colocado a votação, no âmbito das respetivas competências, conforme o disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com sete votos de abstenção dos membros do Partido Socialista, Paulo Santos, Rogério Santos, Dora Monteiro, Sara Correia, João Fabião, José Gonçalves e Sónia Cunha, Presidente de Junta de Freguesia de Almeida, aprovar a Modificação aos Documentos Previsionais n.º 4, Revisão ao Orçamento n.º1, Revisão às Grandes Opções do Plano n.º 1.

#### **4. Apreciação e Votação de Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal 2026;**

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara informou que a Primeira alteração ao Mapa de Pessoal de 2026 mereceu aprovação por unanimidade na reunião camarária de 18 de fevereiro. Esclareceu, no entanto, que se optou pela manutenção da estrutura vigente, uma vez que o processo relativo ao Referencial de Competências da Administração Pública (ReCap) se encontra ainda na fase de conclusão, aguardando a conclusão desse processo para estruturar o mapa de forma diferente, criando uma criação estratégica de trabalho que supram carências identificadas, designadamente na área de fiscalização e em face do fluxo de aposentações verificado.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal 2026, nos termos do disposto na alínea o), do n.º 1, artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo a Assembleia Municipal aprovado a mesma, por unanimidade.

#### **5. Apreciação e Votação Minuta de Contratos de Delegação de Competências para as Juntas/Uniãoes de Freguesia;**

Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a minuta do Contrato de Delegação de Competências com as Juntas e Uniãoes de Freguesia apresenta uma única alteração substantiva: a antecipação do prazo limite para entrega de propostas de setembro para o final de junho, visando garantir a atempada tramitação processual e a conclusão das obras até 30 de novembro, otimizando a respetiva execução.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou em votação, a Minuta de Contratos de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal e as Juntas/Uniãoes de

Freguesia nos termos do artigo 131.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, tendo a Assembleia Municipal aprovado a mesma, por unanimidade.

MM  
2026  
Lmali.

**6. Apreciação e Votação Alteração e Consolidação do Regulamento de Taxas, Licenças e Prestação de Serviços do Município de Almeida;**

Por proposta do Presidente da Assembleia Municipal, foi deliberado o adiamento da apreciação do presente ponto, aguardando-se a conclusão da discussão pública para a respetiva submissão a este órgão, sendo o ponto retirado da Ordem de Trabalhos.

**7. Apreciação e Votação de Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território: Aprovação do documento e Abertura de discussão pública;**

Por proposta do Presidente da Assembleia Municipal, foi deliberado o adiamento da apreciação do presente ponto, aguardando-se a conclusão da discussão pública para a respetiva submissão a este órgão, sendo o ponto retirado da Ordem de Trabalhos.

**8. Conhecimento de documento relativo a "ENERAREA - Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior: Aprovação do Relatório Final de Análise das Propostas do Concurso Público de Aquisição por Lotes, do Fornecimento de Energia Elétrica em BTN, BTE, MT e IP e das Minutas do Contrato;**

No uso da palavra, o Presidente da Câmara referiu que foi aprovado, unanimemente em sede de reunião de Câmara, o Relatório Final de Análise das Propostas, relativo ao Concurso Público para Fornecimento de Energia Elétrica (lotes BTN, BTE, MT e IP), bem como as respetivas minutas contratuais, autorizando-se o seguimento dos procedimentos à celebração do contrato. Sublinhou que a estratégia de agregação com outros municípios da Associação de Municípios da Cova da Beira resultou de uma análise de mercado, a qual indicou que o aumento do volume de aquisição permite obter condições de preço mais vantajosas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da aprovação, por unanimidade em reunião da Câmara, do Relatório Final de Análise das Propostas do procedimento concursal de Fornecimento de Energia Elétrica (lotes BTN, BTE, MT e IP), incluindo a aprovação das minutas contratuais, conferindo-se o seguimento dos procedimentos com vista à outorga do contrato.

**9. Apreciação e Votação de Moção pelo Ensino Superior no Distrito da Guarda – Instituto Politécnico da Guarda;**

**9.1 Apreciação e Votação de Moção pelo Ensino Superior como Fator de Coesão Territorial – Câmara Municipal da Covilhã**

O Senhor Presidente da Assembleia sinalizou que a Moção subjacente decorre de uma assimetria na abertura de vagas no Ensino Superior, particularmente no Interior. A título de exemplo, destacou a redução drástica de trinta para dez vagas no curso de Engenharia Civil do Instituto Politécnico da Guarda. No Litoral, por sua vez há um aumento constante de vagas. A oferta formativa, abundante e com qualidade, constitui um motor de desenvolvimento regional, fomentando a fixação de jovens provenientes do fluxo de estudantes, sublinhando a relevância fundamental da aprovação das propostas apresentadas para o Ensino Superior.

NMAO  
Brotto  
g  
Litoral

No uso da palavra, o Deputado Municipal João Fabião referiu o seu percurso no associativismo estudantil como base para o seu interesse contínuo pelas políticas de ensino superior. Ressalvou que a sua formação no litoral não o impediu de defender as necessidades do interior, enfatizando a relevância do Instituto Politécnico da Guarda no contexto do desenvolvimento regional. Expressou o seu total apoio à aprovação das moções, por considerar que o Ministério da Ciência e Ensino Superior está a realizar uma estratégia prejudicial e intencional contra o Ensino Superior no Interior, comprometendo severamente o acesso dos estudantes e o desenvolvimento regional. Afirmou que o ano letivo anterior registrou o maior declínio de colocações no ensino superior, condicionado significativamente pelo aumento generalizado do custo de vida nas zonas do litoral. Nesse sentido, diz considerar desprovido de lógica o incremento de vagas no litoral, especialmente quando grande parte das existentes não foi preenchida, verificando-se, adicionalmente, uma pressão específica junto das instituições do Interior. Apelou ao voto favorável das duas moções, pretendo garantir o futuro e a manutenção das instituições que estruturam o conhecimento na nossa região: a UBI (Universidade da Beira Interior) e o IPG (Instituto Politécnico da Guarda), não deixando de ressaltar que o Ensino Superior clama por uma revisão estrutural do RJIES (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior) e por uma Lei de Financiamento Público que, na sua atual redação, à realidade necessária, necessita de uma atualização urgente.

Tomando a palavra, o Deputado Municipal Paulo Santos procedeu a uma nota de correção formal quanto à apresentação da primeira moção. Esclareceu o Deputado que o proponente da iniciativa é a Assembleia Municipal da Guarda, e não o IPG, conforme incorretamente indicado, expressando, contudo, a sua total concordância e apoio integral do seu teor.

O Deputado Miguel Pinto interveio apoiando as duas moções, salvaguardando, porém, que a proposta da Guarda é mais restritiva que a da Covilhã, em particular na medida que reverte a majoração de Bolsas de Estudo para alunos no Litoral, por entender que a mesma prejudica de forma indireta o Interior.

Afirmou que em resultado de uma pesquisa, constatou a proposta de que os alunos mais pobres do ensino superior vão ter uma bolsa extra de mil e quarenta e cinco euros e o valor seria atribuído consoante a diferença entre o custo real de estudar em determinado concelho e

o rendimento que a família pode disponibilizar ao estudante para frequentar o ensino superior. Na sua opinião isto não pode ser a régua e esquadro pois há cursos que não são oferecidos no Interior, é uma falha e eles deviam ser oferecidos, mas de facto há alunos que vão para o Litoral pois não há outra forma de seguirem o curso pretendido e, na sua opinião, esses alunos também não podem ser esquecidos nem prejudicados. Aquilo que sugere é que seja igualmente criada uma bolsa extra para os alunos que vêm do Litoral para o Interior de forma a garantir que essa vagas sejam ocupadas. Ressalvou ainda, como ponto crucial, a urgência de cooperação entre as instituições de ensino superior, universitário e politécnico, no sentido de estruturar ofertas formativas distintas, procurando-se, deste modo, evitar a saturação de cursos idênticos na mesma região geográfica e fomentar a sustentabilidade de uma oferta diversificada. Afirmou concordar que haja aumento no número de vagas no Interior e uma redução de vagas no Litoral para potenciar o financiamento e a sobrevivência das universidades e o próprio combate ao despovoamento do Interior. Mais disse, dando o exemplo de Medicina, que o Interior sofre com a falta de médicos e que a oferta de vagas não vai ser uma solução a curto prazo, mas sem mais médicos não se poderá combater a falta de médicos nos territórios mais despovoados. Na sua ótica, a solução também poderá passar pela oferta de cursos no Interior que combatam a falta de mão de obra e profissões qualificadas.

O Presidente da Assembleia questionou o Senhor Deputado Municipal Miguel Pinto se pretendia acrescentar essa solução às moções, tendo o referido Deputado afirmado que sugeria que, em conjunto com a comunicação de aprovação se enviasse o excerto da ata.

Sem mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa submeteu os documentos referidos à votação.

A Assembleia Municipal, tendo adquirido conhecimento do teor da “Moção pelo Ensino Superior no Distrito da Guarda – Instituto Politécnico da Guarda”, apresentada pela Assembleia Municipal da Guarda, e da “Moção pelo Ensino Superior como Fator de Coesão Territorial”, proposta pela Câmara Municipal da Covilhã, considerando a convergência de propósitos das referidas iniciativas, deliberou por unanimidade, proceder à sua votação conjunta, tendo as mesmas sido aprovadas, em total concordância com o seu teor.

#### **10. Apreciação e Votação de comunicação da Associação Nacional de Municípios Portugueses relativa a “Distribuição de Jornais em risco em Vários Municípios – Tomada de posição conjunta pelos Órgãos Representativos do Município”;**

O Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, passando o mesmo a resumir o teor do documento em apreço, relativo a “Distribuição de Jornais em risco em Vários Municípios – Tomada de posição conjunta pelos Órgãos Representativos do Município”. No uso da palavra, referiu o quão importante era salvaguardar a importância da

MRE  
Beato  
ZS  
lnal

comunicação social, devendo-se aguardar as iniciativas e a posição da Associação Nacional de Municípios Portugueses, mas demarcando a posição do Município de que é necessário haver um tratamento igual para todo o País no acesso à imprensa escrita.

Interveio o Deputado Municipal José Gonçalves, no sentido de esclarecer a votação, procurando clarificar se a votação incidia sobre a comunicação da Associação Nacional de Municípios Portugueses ou se incidia sobre uma tomada de posição da Assembleia relativamente à não discriminação do Interior no que diz respeito à distribuição de jornais e revistas. Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi esclarecido que, reiterando o exposto pelo Senhor Presidente da Câmara, a posição da autarquia foi formalizada na sede de reunião da Câmara, sendo o intuito da presente apreciação a obtenção de apoio da Assembleia Municipal.

Analisado o teor da comunicação da Associação Nacional de Municípios Portugueses relativa a “Distribuição de Jornais em risco em Vários Municípios”, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, acolher e aprovar o seu teor, de acordo com a posição da Câmara Municipal.

#### **11. Conhecimento de Despacho N.º 8/2026 - Designação de Trabalhador da Autarquia para Secretariar e Lavrar Atas dos Órgãos Autárquicos do Município de Almeida;**

A Assembleia tomou conhecimento do Despacho N.º 8/2026, datado de 29 de janeiro de 2026 do Senhor Presidente da Câmara relativo à designação da Assistente Técnica da Divisão Administrativa e Financeira, Lara Catarina Pereira Gomes, para secretariar e lavrar as atas das reuniões dos Órgãos Autárquicos do Município de Almeida no Quadriénio 2025-2029, com efeitos a outubro de 2025.

#### **12. Apreciação e Votação de Pedido de Declaração de Interesse Municipal de Projeto de Enseadenigmática, Lda.;**

O Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, que informou que no seguimento de pedidos realizados e no seguimento de algumas reuniões, resultou um pedido de Declaração de Interesse Municipal da empresa Enseadenigmática Lda para construção de uma superfície comercial a instalar no sítio da Cova da Raposa, em Vilar Formoso. Afirmou que a Câmara Municipal, considerando a informação dos Serviços Técnicos decidiu dar aval positivo ao projeto, tendo o pedido de informação prévia ter sido favorável. Mencionou que o investimento previsto do projeto assumia uma importância estratégica de relevo para o desenvolvimento do concelho, especialmente pelo número de postos de trabalho que poderá gerar. Referiu que a localização proposta põe em causa o planeamento existente, especialmente a ligação da autoestrada ao nó de Vilar Formoso, que ficará condicionado com a eventual alteração do traçado. Dada a relevância da matéria, propôs que a decisão final seja assumida colegialmente, contando com o aval de ambos os órgãos autárquicos, embora o

M. M. M.  
Beato  
L. M. C.

parecer prévio seja favorável, dando a indicação que a Câmara Municipal tem todo o interesse na aprovação do projeto para o desenvolvimento de Portugal, do Distrito e muito em particular para o Concelho de Almeida. De seguida, propôs a participação do empreendedor na sessão da Assembleia Municipal para poder prestar alguns esclarecimentos, pelo que solicitou autorização ao Presidente da Assembleia para a referida intervenção, a qual foi concedida, agradecendo desde logo, a presença do Engenheiro António Lopes e do Arquiteto Rodrigo Patrício, em representação da restante equipa, tendo os mesmos procedido seguidamente, à apresentação do referido projeto.

mmc  
Beirão  
Lima

Terminada a apresentação, o Senhor Presidente da Assembleia deu início ao período de debate. Por ordem de inscrição, interveio o Deputado Municipal Paulo Santos no sentido de afirmar que os oradores desmitificaram a ideia de desertificação do interior, principalmente quando na fronteira do Concelho de Almeida não se verifica o que acontece noutras zonas de fronteira da Europa que são, por si só, zonas pujantes. Afirmou que se tem vivido numa encruzilhada entre a desertificação e a circunstância de sermos um local excecionalmente estratégico, mas não para todos e não para todos os negócios. Deu os parabéns aos representantes da equipa, cita-se: - *“por terem tido o rasgo e a visão de perceber que este deserto é de facto um ponto altamente estratégico na Península Ibérica, não tendo qualquer dúvida de que se o projeto for bem orientado terá campo aberto para se desenvolver aqui, pois o Concelho de Almeida e Vilar Formoso precisam muito de investimento desta natureza e o projeto apresentado enquadra-se perfeitamente no deserto que somos e no ponto estratégico que constituímos”*.

De seguida, interveio o Deputado Municipal Rogério Santos. Deu os parabéns aos oradores pelo projeto apresentado, dizendo que o mesmo tem muitos elementos que o validam e que permitem acreditar nele, acreditando poder constituir um projeto de sucesso. De seguida, afirmou que na proposta apresentada se fala de uma alteração de traçados na A25, cujo valor já estará orçado, pelo que questionou se preveem que essa obra seja executada pela empresa ou pelo Município. Afirmou que é a segunda ou terceira sessão da Assembleia em que participa e é com agrado que vê em tão pouco tempo ser-lhes proposta a votação de dois projetos de interesse municipal. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, afirmou que se caso o projeto em votação venha a ser uma realidade, prevendo que o mesmo venha a transformar o Concelho e a região, alterando o tecido económico e perspetivando que venham a surgir mais pedidos de interesse municipal como o apresentado, disse ser sua opinião a urgência na elaboração de um regulamento bem feito para aqueles que querem investir no Concelho.

Seguidamente, interveio o Presidente de Junta de Freguesia de Vilar Formoso, Paulo Damasceno, começando por agradecer a escolha da sua freguesia para instalação do projeto

apresentado, afirmando que a Junta de Freguesia estará ao seu lado para prestar toda a ajuda necessária.

Interveio o Deputado Municipal Miguel Pinto, manifestando os melhores votos para aquele projeto, cujo resultado positivo impactará beneficentemente toda a região, nomeadamente, na promoção da implementação de outras empresas no concelho.

Interveio a Presidente da União de Freguesias de Leomil, Senouras e Aldeia Nova, Inês Pais, dando os parabéns à iniciativa e afirmando que é deste tipo de iniciativas que o Concelho necessita. Afirmou que, embora os oradores tenham abordado a vertente dos consumidores e a área de influência geográfica, questionou se a análise engloba também o ecossistema laboral necessário ao funcionamento do *outlet*.

Interveio o Deputado Municipal João Fabião. Deu os parabéns pelo projeto. Afirmou que estudou fora, sendo a sua área de estudos a Gestão Industrial e Logística, tendo tido cadeiras de retalho, gestão de operações e logística onde, recorrentemente foi mencionado pelo corpo docente a estranheza quanto à falta de investimentos estruturais na região de Vilar Formoso, que, sendo ele natural da zona, entendia também ser um ponto estratégico subaproveitado. Na altura, corria o ano de 2016 e já se falava da instalação de um Porto Seco, e só agora se concretizou e não foi em Vilar Formoso, mas sim na Guarda. Salientou que, à época, a visão estratégica sobre Vilar Formoso era já partilhada pela comunidade académica, embora não estivesse alinhada com a agenda política dominante e Vilar Formoso detinha uma centralidade que, entretanto, se esbateu. Mais referiu, que o estudo estava bastante completo e credível, questionando qual a previsão do início da própria construção.

Interveio a Presidente de Junta de Freguesia de Almeida, Sónia Cunha, iniciando a sua intervenção dando os parabéns ao projeto e dizendo que o Concelho precisa de investimento deste cariz. Assumindo-se o cumprimento integral do cronograma previsto, qual seria a previsão para o início da primeira fase do projeto. Relativamente à contratação de equipas, afirmou ser imperativo quantificar as necessidades, tendo em conta a atual crise de oferta de pessoal na construção civil e a falta de alojamento para trabalhadores pois a escassez generalizada de mão de obra e a grave ausência de habitação, são fatores que dificultam o cumprimento das metas estabelecidas.

Para responder às questões suscitadas, o Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Arquiteto Rodrigo Patrício. Relativamente à primeira questão relacionada com o custo previsto com as vias de acesso, informou que no último ano foi desenvolvido o Plano de Negócios, já com a maturação do projeto de arquitetura e com as áreas distribuídas de acordo com as marcas previstas para a sua ocupação, onde se contempla os custos e os resultados, explicando que parte do Plano de Negócios contempla o custo para auxiliar a construção das vias de acesso.

Miguel  
Pinto  
João  
Fabião  
Inês  
Pais

Relativamente ao cronograma de início da construção, esclareceu que o projeto se encontra, à data, na fase de viabilização, tendo obtido parecer favorável no Pedido de Informação Prévia (PIP). Na sequência do presente processo, será necessária a formalização e assinatura de quatro cartas de intenção, estando tal procedimento já em andamento. Concluída esta etapa, darão início à fase de prospeção junto de fundos de investimento especializados, capitalizando o portfólio de ativos já consolidado na Europa. Relatou que o Senhor Sebastian afirmou que, caso tivesse tido conhecimento prévio dos números de diagnóstico territorial de Vilar Formoso, teria priorizado a intervenção nessa localidade em detrimento da Corunha. Em esclarecimento à questão do prazo, cumpre notar que o início da fase de construção só poderá ser aferido após a confirmação da garantia de investimento. A partir desse marco, projeta-se um ciclo de construção de um ano e meio a dois anos. Subsequentemente, estima-se a apresentação para um ano e meio após o termo da obra. A estratégia de celeridade visa maximizar o retorno do investimento.

MMTC  
Boatiro  
AB  
lnaC.

Quanto à questão dos trabalhadores, afirmou que a mesma se situa no âmbito das competências dos empreiteiros e construtores civis. Saliu que a meta de 1400 postos de trabalho diretos assume um carácter prioritário, sendo consensual entre os intervenientes que este é o tema de maior preocupação do projeto, se bem que confiam no poder de atração magnético a novos residentes.

De seguida, o Arquiteto Rodrigo Patrício deu a palavra ao Engenheiro António Lopes que complementou alguma informação às questões colocadas. Em relação aos ecossistemas de trabalhadores, respondeu que o próprio *outlet* gera uma panóplia de serviços que faz com que seja um produto sustentável, não só economicamente, mas assente em cinco pilares de educação e formação de trabalhadores para certificação de qualidade da empresa gestora do *outlet*. O próprio promove a existência de empresas locais para complementar a sua atividade, desde a área de marketing, comunicação, serviços, animação diária, controle de qualidade ambiental, paisagismo, qualidade do ar, qualidade do atendimento ao cliente. Essas empresas especializam-se. A gestão do *outlet* não admite 1400 pessoas, pois esse número é o conjunto de empregados que geram as atividades das lojas e a gestão importa em cerca de 20 pessoas que fazem a gestão do ecossistema.

Em relação à especificidade dos trabalhadores da construção civil, como há um sistema de certificação e qualidade por detrás, também há um mínimo de exigências.

Interveio o Deputado Municipal António Soares, dando os parabéns ao projeto, que para já é apenas uma intenção. Questionou se do caso do *outlet* alemão que abordaram se há algum paralelismo com o nosso território e se houve, quais as alterações do tecido social e económico verificadas.

Em resposta ao Deputado, o Engenheiro António Lopes afirmou que o caso alemão é talvez o maior caso de reordenação e reabilitação urbana que conhecia porque começa numa aldeia. Lá, por influência do poder político, instalou-se a primeira fábrica da marca Boss, que como grande gerador económico, percebe que como retalhista percebe que precisa ter ancoragem de retalhista e começou a pegar em alguns edifícios e em algumas ruas e começou a desprovê-las de gente. Afirmou que a cidade desapareceu, existe na mesma, mas fora do *outlet*. A semelhança com o projeto de Vilar Formoso é apenas o próprio *outlet*, não havendo *outlet* iguais, cada um tem uma génese, cada urbe é diferente.

MARCO  
Bastiao  
#6

lana G.

Atendendo ao adiantado da hora, o Senhor Presidente da Assembleia instou a conclusão da intervenção, classificando o projeto como de grande relevância e manifestando o desejo de que o mesmo se concretize.

O Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra para dar uma nota final de que, a corroboração desta informação, que já acompanhava, lhe transmitia particular tranquilidade e que a deliberação agendada para hoje assumia um papel preponderante, validando decisões estruturantes nos domínios da habitação e infraestruturas, bem como a execução das devidas obras de compensação. Mais disse, que perspetivava que este investimento desencadeasse um efeito multiplicador na região, impulsionando intervenções futuras como o Quartel das Esquadras, sublinhando que é imperativo que os decisores políticos nacionais reconheçam e valorizem o potencial estratégico desta área, como até aqui nunca fizeram. Face ao exposto, pediu um voto de confiança à Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara sobre o ponto de situação do projeto no Parque TIR, face à anunciação do projeto de investimento ali apresentado. Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara assegurou que o projeto do Parque TIR não está em causa, esclarecendo que apenas o projeto de ligação a Vilar Formoso será reavaliado.

Interveio novamente o Deputado Municipal Rogério Santos, afirmando que gostaria que o Senhor Presidente da Câmara respondesse relativamente à questão colocada em relação à importância da existência de um regulamento para atribuição de interesse municipal.

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara sublinhou a intenção de acelerar a revisão do PDM, com o objetivo de reforçar a dotação de instrumentos de gestão territorial disponíveis. Mais disse que, pese embora reconheça a pertinência de um regulamento próprio para declarações de interesse público, a prioridade da ação administrativa deve recair sobre os instrumentos de gestão territorial vigentes. Sem prejuízo da elaboração desse regulamento, o PDM prevalece como o documento fundamental para a definição da estratégia de desenvolvimento local.

Proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara Municipal de deferimento da pretensão requerida por Enseadenigmática Lda., relativa à atribuição do reconhecimento de interesse municipal para construção de uma superfície comercial/ Outlet Centre, no Sítio da Cova, freguesia de Vilar Formoso.

MMO  
B...  
L...  
L...  
L...

### **13. Proposta de Criação de Comissão para Análise do Despovoamento no Concelho de Almeida;**

O Presidente da Assembleia esclareceu que a proposta em apreço foi submetida pelo Senhor Filipe Carvalho, em Período de Intervenção de Municípes na Assembleia Municipal precedente, questionando o plenário se concordam com a proposta de criação da Comissão e, caso haja concordância, quantas pessoas a devem constituir.

No uso da palavra, o Deputado Municipal Miguel Pinto manifestou a sua concordância com a proposta de criação da referida comissão, desde que circunscrita ao âmbito municipal e composta por dois membros de cada bancada e cinco presidente de Junta de Freguesia. Ressalvou, todavia, que as competências da mesma deverão abranger não apenas o diagnóstico do despovoamento, mas também a formulação de medidas concretas a submeter à discussão da Assembleia.

Interveio a Presidente de União de Freguesias de Leomil, Senouras e Aldeia Nova, esclarecendo que já houve contacto do proponente da proposta com elementos do PS, PSD, CDU, CHEGA e presidentes de junta, havendo já uma proposta para a constituição de uma comissão e que é proposta à Assembleia para aprovação. Explicou que a referida comissão seria constituída por um representante do Executivo Municipal, um representante do PSD, um representante do PS, um representante da CDU, um representante do CHEGA, e um coordenador das Juntas de Freguesia, designando, seguidamente os seus nomes. Para coordenador, Filipe Carvalho, para representante do Executivo Municipal, Alcino Morgado, para representante do PS, Bruno Lino, representante do CHEGA, Liliana Moreira. O Presidente da Assembleia interrompeu a intervenção da Senhora Presidente, ressaltando que a comissão terá de ser constituída por elementos da Assembleia Municipal e não por elementos externos.

Face ao exposto, o Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao proponente da proposta, Filipe Carvalho, que afirmou que com a sua proposta não pretendeu criar qualquer celeuma, acreditando que a comissão poderia ser formada por pessoas da sociedade civil embora entenda o lado burocrático. Afirmou que a listagem dos nomes entregues à Presidente da União de Freguesias sucede após uma reunião prévia com o Senhor Vice-Presidente da Câmara e em que ambos concordaram com a definição desta comissão, tendo-o Senhor Vice-Presidente incumbido do contatar os partidos políticos do último ato eleitoral para os próprios designarem um representante de cada partido para o efeito. Acreditava que inclusive poderia fazer uma apresentação. Afirmou ter disponibilizado do seu tempo, gratuitamente ao serviço do

município porque entende que oito anos depois nunca foi criado um estudo para debater o assunto mais grave do nosso concelho que é o despovoamento, principalmente agora com a apresentação deste projeto de investimento, questionando onde estão os 1400 trabalhadores. Em conclusão referiu que se entendem que há pessoas mais qualificadas para o fazer, o façam, desde que se concretize.

mmu  
Bodas  
Lneli

O Senhor Presidente da Assembleia comunicou a sua posição, reiterando que a criação da comissão não implicará qualquer celeuma institucional, e que a Assembleia manifesta a intenção de promover o referido estudo, não obstante, a sua aprovação fica condicionada à verificação da conformidade com as competências próprias do órgão, acrescentando que, caso o objetivo fosse a criação de um projeto fora da esfera da Assembleia — envolvendo elementos internos e externos —, o Senhor Filipe Carvalho poderia tê-lo promovido diretamente, pois tem condições para isso, sendo Diretor de um jornal. Reiterou a validade da proposta e a vontade de a concretizar, com a restrição de que a mesma seja realizada exclusivamente por elementos da Assembleia.

No sentido de minimizar os efeitos da situação, o Senhor Presidente da Câmara sugeriu a criação de uma comissão constituída por membros da Assembleia, ficando, contudo, em aberto a possibilidade de se convidar os nomes previamente designados e demais elementos da sociedade civil para colaborarem, enriquecendo o debate com o seu contributo.

O Senhor Vice-Presidente, Alcino Morgado interveio para confirmar a realização da referida reunião e manifestar a sua concordância com a proposta de modelo de comissão apresentada. Ressalvou, todavia, que a questão central parece residir no enquadramento formal da aprovação, recordando que, aquando da última sessão da Assembleia, não se anteviu a necessidade de uma aprovação formal pelo que sugere a aceitação da sugestão do Senhor Presidente da Câmara.

No uso da palavra, o Senhor Deputado Paulo Santos assinou a precedência de matérias, observando que o ponto subsequente da ordem de trabalhos suscitaria a mesma questão de fundo. Notou, contudo, que as propostas em apreço se distinguem quanto à especificamente subjacente à criação das respetivas comissões. O interveniente manifestou a sua discordância face ao formato da proposta apresentada, sublinhando que esta não se coaduna com a atual composição da Assembleia, dado que inclui forças políticas sem assento parlamentar. Como alternativa, sugeriu a aprovação de uma comissão constituída por membros da Assembleia, ficando os mesmos livres para convidar elementos externos que considerem adequados.

O Presidente da Assembleia reiterou a opinião do Senhor Deputado Paulo Santos.

Interveio a Primeira Secretária da Mesa, Mariana Estevão, afirmando que o Regimento da Assembleia não é omissivo relativamente à criação de comissões, citando o artigo 45.º estabelece que “o número de membros de cada delegação, comissão ou grupo de trabalho e a sua

*distribuição pelos diversos agrupamentos políticos, quando existirem, são fixados pela assembleia.”, concordando pois com o expresso pelo Presidente da Mesa quando afirma que a referida comissão deverá ser constituída apenas por elementos da Assembleia.*

MMO  
Batista  
JG  
Inês C.

O assunto foi objeto de debate entre vários intervenientes, culminando na sua clarificação final através da proposta de nomes. Ressalvou o Senhor Presidente da Assembleia que o nome da Senhora Dora Monteiro terá de ser confirmado, uma vez que está em substituição do Deputado João Filipe Coelho.

Submetida à votação, onde a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com um voto de abstenção de Ana Bélen Pascual, Presidente da União de Freguesias de Junça e Naves, aprovar a criação de uma Comissão para Análise do Despovoamento no Concelho de Almeida, tendo sido eleitos com a respetiva aceitação da sua nomeação para a constituir, Miguel Pinto e António Soares do PSD, Rogério Santos e Dora Monteiro do PS, e Sónia Cunha, Carlos Nabais e Inês Pais como representantes das Juntas e Uniões de Freguesia.

## **ASSUNTO NÃO AGENDADO NA ORDEM DO DIA**

### **14. Proposta de Criação da Comissão Comemorativa dos 50 anos do Poder Local Democrático**

O Presidente da Assembleia informou que o Presidente cessante, Professor António Batista, manifestou formalmente o propósito de celebrar o cinquentenário do Poder Local. No entanto, reiterou-se a condicionante técnica anteriormente discutida: dado que o Professor Batista não integra a Assembleia, carece de legitimidade para constituir a referida comissão. Ressalvou-se, contudo, a possibilidade de a sua colaboração ser viabilizada mediante convite como participante externo.

Ato contínuo, foi facultada a palavra ao proponente, o Deputado Municipal João Fabião. Na sua intervenção, justificou a iniciativa pela celebração do 50.º aniversário das primeiras eleições do Poder Local, ocorridas a 12 de dezembro de 1976. Reiterou tratar-se de uma efeméride de elevada relevância que exige um planeamento específico e uma abrangência transversal a toda a sociedade local.

O assunto foi objeto de debate entre vários intervenientes, culminando na sua clarificação final através da proposta de nomes.

Submetida à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Criação da Comissão Comemorativa dos 50 anos do Poder Local Democrático, tendo sido eleitos com a respetiva aceitação da sua nomeação para a constituir, José Falcão do PSD, José Gonçalves do PS, e António Fernandes, Ana Belén Pascual e José Lourenço, como representantes das Juntas e Uniões de Freguesia.

---

### APROVAÇÃO EM MINUTA

---

MMT  
Beatus  
Lonele

Lavradas e lidas as deliberações constantes desta ata, foram aprovadas em minuta, para efeitos de execução imediata, pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Manuel José Fernandes Gomes, ficando aprovada, por unanimidade, a minuta desta ata da Assembleia Municipal de Almeida, em ordem ao preceituado no n.º 3 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Submetidos a aprovação os pontos 3 a 14, ressalvados os pontos 6 e 7, que foram retirados da ordem de trabalhos, deliberou-se, por unanimidade, a aprovação em minuta dos restantes pontos, com efeitos imediatos e executórios, sem prejuízo de ajustes de redação ou precisão técnica no texto final.

---

### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO

---

Nos termos da norma estipulada pelo n.º 1, do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público presente na sala, intervindo, por ordem de inscrição, o Senhor Filipe Vilhena de Carvalho. Afirmou que se dirigia à Assembleia na qualidade de Presidente da Direção da Associação dos Amigos de Almeida, e esclareceu adicionalmente que o Jornal Praça Alta, apesar de pertencer à Associação, possui uma direção autónoma e independente, pelo que não acumula funções de direção do órgão de comunicação social, nem este se confunde com a gestão executiva da Associação. Solicitou intervenção para, por aquele meio, no seguimento da última Assembleia Geral da Associação e em representação dos seus associados, solicita a atenção e a intervenção para a necessidade de preservação do conjunto arquitetónico da Torre do Relógio e Cemitério Velho (incluindo a capela). A deliberação unânime da Associação destaca a urgência desta atuação, considerando o valor inestimável daquele espaço como o núcleo histórico e religioso mais importante de Almeida. Atendendo ao adiantado da hora, procedeu à dispensa da leitura integral do texto, tendo solicitado a todos os presentes que consultassem a página da Associação na rede social Facebook para consulta do respetivo conteúdo.

Na sequência, inquiriu o Senhor Presidente da Câmara sobre a segurança estrutural da capela do cemitério velho, sabendo que o perímetro já foi isolado como medida preventiva.

Seguidamente, declarou que o Senhor Presidente foi alertado reiteradamente sobre o risco iminente de colapso da capela, sustentando sempre nas suas intervenções que a queda foi

precipitada pela pluviosidade deste ano. O Senhor Filipe Carvalho diz discordar da justificação dada, afirmando que a responsabilidade da derrocada se deve à negligência na manutenção preventiva do edifício. Mais disse, que o Senhor Presidente, apesar de ter sido confrontado repetidamente com esta situação, optou sistematicamente pela inação, o que considera ter sido um erro de avaliação. Questionou o Senhor Presidente se assumia a responsabilidade pelos factos ocorridos.

MAR  
Beatrix  
Lara

Em resposta, o Senhor Presidente reiterou o teor da sua intervenção anterior, reconhecendo que a gestão do espaço e a manutenção do edifício não assumiu a prioridade que deveria ter tido. A partir do momento de conhecimento do ocorrido, foram prontamente emitidas diretrizes para a implementação das medidas necessárias de prevenção e segurança.

O Senhor Filipe Carvalho informou que se encontra disponível um Fundo Internacional destinado à recuperação de monumentos em risco de derrocada e que a Associação dos Amigos de Almeida, consciente da urgência na preservação dos bens culturais da Vila, tem intenção de concorrer a esse apoio internacional. Esclareceu que o mecanismo não se traduz num financiamento direto, mas sim numa estrutura de intermediação que facilita a angariação de mecenas para projetos específicos. Mais disse, que a Associação dos Amigos de Almeida, pretendendo avançar com o projeto de conservação necessário, solicita a colaboração da Câmara Municipal de Almeida, não só no apoio logístico, mas também na articulação institucional que viabilize esta iniciativa em prol do património local. Por último apelou novamente à leitura do texto anteriormente referido.

O Presidente da Câmara reiterou o firme compromisso da autarquia na realização de um debate público, com o propósito de viabilizar o lançamento de um projeto para o referido local.

O Presidente da Assembleia pediu desculpas por ter dito que o Senhor Filipe era Diretor Jornal.

---

#### ENCERRAMENTO

---

Nada mais havendo a tratar nesta sessão, eram catorze horas e vinte minutos, do dia 26 de fevereiro de 2026, quando o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Almeida, deu por encerrada a presente sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte, pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Manuel José Fernandes Gomes, pelo Primeiro Secretário, Mariana de Almeida Estevão, pelo Segundo Secretário, Beatriz Marques Monteiro André, e por mim, Lara Catarina Pereira Gomes, que a subscrevi.

O Presidente da Mesa Paulo José Fernandes Gomes

O Primeiro Secretário MAFISRU

O Segundo Secretário Beatriz Raquel Monteiro Andre'

A Assistente Técnica Lane Gomes



MUNICÍPIO DE ALMEIDA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ADENDA  
À ATA DE INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIDA  
MANDATO 2025-2029

-----Ao vigésimo sexto dia do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e seis, pelas dez horas, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Vilar Formoso, perante **Manuel José Fernandes Gomes**, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal de Almeida, compareceu pessoalmente e previamente notificado o cidadão a seguir identificado, conforme o número 4, do Artigo 76.º, conjugado com o n.º 1 do Artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, com a finalidade de se proceder à substituição de Eduardo Mêda Gomes, que renunciou ao Mandato 2025-2029 do órgão autárquico para o qual foi eleito, União de Freguesias de Malpartida e Vale de Coelha, nos termos do Artigo 76.º, da mesma norma legal, conforme documento anexo: -----

----- **FLORBELA TIAGO ALBANO**, eleita pelo grupo de cidadãos eleitores PFDNA – Pelo Futuro das Nossas Aldeias, Presidente da União de Freguesias de Malpartida e Vale de Coelha, portadora de Cartão de Cidadão n.º [REDACTED], filha de [REDACTED], Funcionária Pública, residente na Rua Principal N.º 15, 6350-351 Vale de Coelha; -----

----- Verificada a identidade e a legitimidade da eleita, o Presidente da Assembleia Municipal de Almeida, Manuel José Fernandes Gomes, declarou-a investida nas suas funções de membro da Assembleia Municipal de Almeida para o mandato de 2025/2029. -----

----- Para constar, se lavrou a presente adenda, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, Manuel José Fernandes Gomes, pela empossada, e por mim, Lara Catarina Pereira Gomes, para o efeito designada, que a redigi e subscrevo. -----

*Florbelá Tiago Albano*

Florbelá Tiago Albano  
Presidente da União de Freguesias de Malpartida e Vale de Coelha

*Manuel José Fernandes Gomes*

Manuel José Fernandes Gomes  
Presidente da Assembleia Municipal de Almeida

*Lara Catarina Pereira Gomes*

Lara Catarina Pereira Gomes  
Assistente Técnica